ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA GRANDE
CNPJ/MF: 01.612.581/0001-85
Avenida Martins Ribeiro n.º 229 – Centro
Ilha Grande / Piauí

CONTRATO N° 078/2019
Ref.: DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 017/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 993/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ILHA GRANDE ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A EMPRESA PINDORAMA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NO INTERSTÍCIO DE 90 DIAS PARA O MUNICÍPIO DE ILHA GRANDE/PI.

Pelo presente instrumento, o **MUNCÍPIO DE ILHA GRANDE-PI**, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com sede administrativa na Avenida Martins Ribeiro, n° 120, centro, inscrito no CNPJ sob o n°. 18.069.634/0001-66, neste ato representado pela Sra. Secretária de Desenvolvimento Social **MICHELE DE MELO FREITAS**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Ilha Grande (PI), adiante denominado abreviadamente de CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa **PINDORAMA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA**, CNPJ n. 04.974.814/0001-88, situada na Rua Caramuru, 615, bairro Pindorama, CEP.: 64.215-400, Parnaíba-PI, neste ato, representada por Afonso dos Santos Neres, brasileiro, casado, portador do CPF (MF) n.° 273.398.533-68, doravante denominada CONTRATADA, firmam este contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

O objeto do presente termo é a contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios no interstício de 90 dias para o Município de Ilha Grande/PI, solicitado pela Secretaria municipal de Desenvolvimento social fundamentando a solicitação no Decreto n.° 06/2019 de 22 de março de 2019 que declara Situação de Emergência no Município de Ilha Grande/PI em virtude do inesperado volume de chuvas verificado em meados do mês de março de 2019 que causaram prejuízos materiais e humanitários à população do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 96.636,00 (Noventa e seis mil seiscentos e trinta e seis reais); a ser pago conforme a entrega dos produtos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROJETO ATIVIDADE: 2095; ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.32.03; C.A.: 400; FONTE DE RECURSO: 001 – SOC, CÓDIGO: 0803.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento dos produtos será feito pela CONTRATANTE a partir da comprovação da regularidade da documentação fiscal e tributária apresentada, após a devida execução do objeto do contrato, mediante apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Primeiro – Nenhum pagamento isentará a contratada das responsabilidades e obrigações advindas da execução do objeto contratual, nem implicará em aceitação de produtos em desacordo com o previsto neste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE DE PREÇOS

De acordo com o art. 3º, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 10.192/01 de 14.02.01, a periodicidade do reajuste dos contratos será anual.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADE

À **CONTRATADA** serão aplicadas multas pela **CONTRATANTE** nos seguintes percentuais e casos, observado, em qualquer hipótese, o disposto no art. 920 do Código Civil:

a) 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor global do contrato, por dia de atraso no início da sua execução ou no descumprimento de qualquer prazo contratual estabelecido;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato.

Parágrafo Primeiro – O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido aos cofres da **CONTRATANTE** dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação à **CONTRATADA** da decisão que denegou sua defesa.

Parágrafo Segundo – A sanção de suspensão temporária de participar em licitação promovida pela **CONTRATANTE** e com ele contratar, pelo prazo de até 02(dois) anos, será aplicada nos seguintes casos:

a) Atraso injustificado no cumprimento de obrigação assumida contratualmente, de que resulte prejuízos para a **CONTRATANTE**;
b) execução insatisfatória do objeto do Contrato quando, pelo mesmo motivo, já tiver sido aplicada à sanção de advertência;
c) Fornecimento dos produtos inerentes ao objeto do contrato sem observância das condições de higiene exigidas.

Parágrafo Terceiro – A sanção de declaração de inidoneidade, para licitar ou contratar com a Administrativa Municipal, será também proposta pelo Prefeito Municipal de Ilha Grande/PI, sempre que o descumprimento de obrigação contratual, imputável à **CONTRATADA,** resultar em prejuízos financeiros ou patrimoniais para a **CONTRATANTE** ou ensejar a rescisão unilateral do contrato.

Parágrafo Quarto – As sanções previstas poderão, também, ser aplicadas à CONTRATADA ou aos seus profissionais que:

a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação em referência;

c) Demonstrem não ter idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE.**

Parágrafo Quinto – A **CONTRATANTE** poderá a seu exclusivo critério e independentemente da aplicação de outras penalidades cabíveis, rescindir o contrato após aplicar, por mais de 05 (cinco) dias corridos, a multa a que se refere à alínea "a" do início desta CLÁUSULA.

Parágrafo Sexto - Qualquer sanção somente será relevada se ocorrerem, nos termos do Código Civil, situações configuradoras de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas pela **CONTRATADA** e aceitas pela **CONTRATANTE.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DA APLICAÇÃO DAS MULTAS

Quando da aplicação das multas, a **CONTRATADA** será notificada administrativamente, com aviso de recebimento, pela **CONTRATANTE,** para no prazo improrrogável de 10 (dez) dias recolher ao Setor Financeiro desta, a importância correspondente, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis.

Parágrafo Primeiro – Compete ao Prefeito Municipal de Ilha Grande – PI, quando for o caso por proposta do setor responsável, a aplicação de multas, tendo em vista a gravidade da falta cometida pela **CONTRATADA.**

Parágrafo Segundo – Da aplicação de multas, caberá recurso à **CONTRATADA** no prazo de 03 (três) dias corridos, a contar da data do recebimento da respectiva notificação, mediante prévio recolhimento de multa, sem efeito suspensivo, até que seja devidamente efetuada a justificativa exposta; a **CONTRATANTE** julgará, no prazo máximo de 30 (Trinta) dias corridos, procedente ou improcedente a penalidade as ser imposta, devendo fundamentá-la e, se improcedente a importância recolhida pela **CONTRATADA** será devolvida pela **CONTRATANTE,** no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da data do julgamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PRORROGAÇÃO

A CONTRATADA obriga-se a iniciar a execução do objeto deste contrato junto à **CONTRATANTE** em até 10 (dez) dias, contados a partir da assinatura deste contrato.

Parágrafo Primeiro – Somente será admitida alteração do prazo com anuência expressa do senhora Secretária Municipal Desenvolvimento social.

Parágrafo Segundo – Após a aceitação dos motivos alegados deverá haver acordo entre as partes para prorrogação do prazo.

Parágrafo Terceiro – Ficam reconhecidos os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n° 8.666/93

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** se obriga a: (a) assegurar o objeto deste Contrato; **(b)** efetuar, durante o prazo estipulado, o fornecimento de gêneros alimentícios no interstício de 90 dias para

o Município de Ilha Grande/PI; (c) a **CONTRATANTE** se obriga a fiscalizar a execução do fornecimento objeto do contrato, verificando "in locu" a qualidade dos produtos.

Parágrafo Primeiro – Correrão à conta da **CONTRATADA** todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os produtos objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização dos produtos, objeto deste Contrato, será feita pela **CONTRATANTE,** através de profissionais qualificados a serem designados pelo **CONTRATANTE,** os quais poderão realizar inspeções na realização do objeto deste Contrato e à **CONTRATADA,** com obrigação de oferecer todas as condições favoráveis à efetivação de qualquer providência, quando da entrega do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

A **CONTRATADA** não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia e por escrito da **CONTRATANTE.**

Parágrafo Primeiro – O pedido de subcontratação deverá ser formalizado pela **CONTRATADA,** devidamente instruídos com a documentação da subcontratada e das razões que determinarão a subcontratação. Inexistirá entre a **CONTRATANTE** e a subcontratada qualquer vínculo contratual, sendo a **CONTRATADA** a única responsável pelo cumprimento do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

O objeto deste Contrato será recebido pelo setor responsável, especialmente designado pela **CONTRATANTE,** ficando a **CONTRATADA** responsável pela boa execução do objeto contratual, até o seu definitivo recebimento, exceto por danos que sejam de responsabilidade da **CONTRATANTE.**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do presente Contrato será de 90 (Noventa) dias a partir da assinatura do presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de rescindir o presente Contrato, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem que à **CONTRATADA** caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos: (a) quando for decretada sua falência ou concordata; (b) quando, por qualquer outra razão, for ela dissolvida; (c) quando a CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, este Contrato sem a autorização prévia e expressa da **CONTRATANTE;** (d) quando houver atraso na entrega dos produtos pelo prazo de 03 (três) dias corridos, sem justificativas, fundamentos e aceitas pela **CONTRATANTE.**

Parágrafo Primeiro – A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará na apuração de perdas e danos, sem embargo da aplicação das demais

providências legais cabíveis, previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes e ainda no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor e demais disposições específicas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

As inclusões ou alterações de qualquer elemento não constante do presente Contrato serão efetuadas por TERMOS ADITIVOS ANEXOS, de acordo com o caso, que integrarão o presente contrato para todos os fins e efeitos de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

A **CONTRATANTE** providenciará, por sua conta, a publicação deste Contrato em extrato na impresa oficial, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

O presente Contrato foi objeto da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2019, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 993/2019** conforme art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste Contrato, perante o Foro da Comarca de Parnaíba-PI, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial, intimação e outros atos em direito permitidos.

Estando as partes justas e contratadas, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e para um mesmo efeito, na presença das testemunhas ao final arroladas, devendo ser este distribuídos às respectivas partes, com comunicação aos demais Orgãos/Repartições envolvidos.

Ilha Grande – PI, 28 de março de 2019.

MICHELE DE MELO FREITAS
Secretária de Desenvolvimento social
MUNICÍPIO DE ILHA GRANDE
CONTRATANTE

PINDORAMA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA
Representante Legal
CONTRATADA

Andreia P. Nascimento
TESTEMUNHA
CPF: 976.114.763-00

Francisco Rony de Sousa Freitas
TESTEMUNHA
CPF: 076.578.123-97